

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Kajsa Ribeiro Gadelha

**A RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO
ACERVO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA HIDRÁULICA E RECURSOS
HÍDRICOS - UFMG**

BELO HORIZONTE

2016

Aluna: Kajsa Ribeiro Gadelha
Orientador: Prof. Ricardo Viana Velloso

**A RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO
ACERVO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA HIDRÁULICA E RECURSOS
HÍDRICOS - UFMG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.

Linha de Pesquisa: Gestão e Trabalho

Belo Horizonte

2016

Folha de Aprovação

Título do TCC: A Relevância da Aplicação da Catalogação Bibliográfica no Acervo do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da UFMG

Nome do (a) Aluno(a): Kajsa Ribeiro Gadelha

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade especialização, defendido junto ao Programa de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – aprovado pela banca examinadora, constituída pelos professores:

Prof. Ricardo Viana Velloso

Nome do(a) Orientador(a)

Prof^a. Magda Auxiliadora dos Santos Barbosa Bastos

Nome do(a) professor(a) indicado para avaliação

Prof^a. Antônia Vitória Soares Aranha

Nome do(a) professor(a) indicado para avaliação

Belo Horizonte

2016

Resumo

A informação é essencial neste início do Século XXI, assim como sua transmissão. A catalogação descritiva, como área da Biblioteconomia responsável por transmitir as informações contidas em acervos de qualquer natureza, por meio da construção de formas de representação, deve acompanhar a evolução das necessidades dos usuários. A partir da observação dentro do acervo do Departamento de Engenharia Hidráulica da UFMG, evidenciou-se a carência de um instrumento de racionalização da busca por informações. Para atingir o objetivo geral da pesquisa foi feito um estudo acerca da relevância da descrição documental e instrumentos de pesquisa. Como resultado do trabalho apresentamos ao referido acervo a proposta de um meio de pesquisa que poderá contribuir para a democratização da informação, bem como colaborar com a pesquisa documental.

Palavras-chave: catalogação descritiva; democratização da informação; pesquisa documental; códigos de catalogação.

LISTA DE SIGLAS

AACR – Anglo-American Cataloguing Rules

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules, second edition

AACR3 - Anglo-American Cataloguing Rules, third edition

BN – Biblioteca Nacional (Brasil)

FRAD - Functional Requirements for Authority Data

FRBR - Functional Requirements of Bibliographic Records

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFLA - International Federation of Libraries Associations

INL - Instituto Nacional do Livro

ISAD - Norma Internacional

ISBD - International Standard Bibliographic Description

MARC - Machine-Readable Cataloging

OPAC - Catálogos abertos

SGBD - Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados

RDA - Resource Description and Access

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	04
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	06
PROBLEMA.....	09
JUSTIFICATIVA.....	11
2. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo Geral.....	15
2.2. Objetivos Específicos.....	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
4. METODOLOGIA OU ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	28
5. PLANO DE AÇÃO.....	32
6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8. REFERÊNCIAS.....	35

1. Introdução

O trabalho intitulado: "A relevância da aplicação da Catalogação Bibliográfica no acervo do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da UFMG" tem origem na percepção da necessidade de se organizar as informações que atualmente estão armazenadas sob a forma de: publicações avulsas, livros, revistas, periódicos, boletins, jornais, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico e outros, material esse pertencente ao acervo do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da UFMG. Todo esse material está armazenado sem, contudo, contar com uma sistematização ou lógica de organização. O primeiro passo é a realização de um tratamento técnico eficaz, com vistas a disponibilizá-la.

Essa percepção se origina das minhas vivências como catalogadora de documentos do Acervo de Musicologia de Francisco Curt Lange - na Biblioteca Universitária da UFMG - no período de minha formação acadêmica. Nesse período em que fui estudante de graduação e, portanto, usuária de serviços de informação nas bibliotecas, somado ao período de minha atuação profissional com ampla experiência na catalogação de acervo, ao longo de 4 anos, percebi a relevância que o sistema de catalogação têm para os usuários, tanto estudantes, como professores e pesquisadores.

O trabalho visa propor um estudo que evidencia a relevância da aplicação da catalogação bibliográfica no acervo do EHR , de forma a oferecer subsídios para um projeto de intervenção junto ao Departamento, com vistas à tornar mais acessível a informação a seu usuário e passa pelo processamento técnico que consiste em: coleta, registro, indexação, catalogação e classificação. Diante dessas etapas, a catalogação representa uma fase decisiva para que o material informacional seja bem descrito e que contenha o máximo de informações possíveis para que o usuário possa usufruir de uma forma considerável para o aumento do seu aprendizado acadêmico-científico. No contexto do EHR (Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos

Hídricos), o trabalho trará um auxílio a toda comunidade acadêmica que está de alguma forma vinculada à área, trazendo melhor acessibilidade ao material já existente.

A execução de um trabalho de natureza descritiva em um acervo tem, para Lúcia Tavares a dupla função de agilizar a busca por parte do pesquisador e de minimizar o contato sem necessidade com o documento, assim o protegendo e conservando. (TAVARES, 2009). Antonia Heredia Herrera defende a mesma opinião ao tratar do acesso aos documentos via instrumentos de pesquisa: "cubrirá um doble objetivo: abreviar la tarea del investigador, reduciéndole lãs búsquedas y localizaciones largas e infructuosas que machaquem las piezas documentales y, como consecuencia, evitar o, al menos, disminuir su deterioro". (HERRERA, 1993, p.304).

Segundo Baptista (2007), dentre as atividades inerentes ao ciclo documentário, inclui-se desde sempre a catalogação, que juntamente com classificação e indexação, compõe o tripé característico da etapa conhecida como "análise". A catalogação é geralmente levada a cabo no chamado "setor de análise" no contexto de uma biblioteca ou centro de documentação. Com efeito, classificação, catalogação e indexação constituem diferentes níveis de análise documental, em contraposição a outras etapas do ciclo, tais como seleção, aquisição, armazenamento e recuperação. Por outro lado, Baptista afirma que, em função dos avanços tecnológicos que vêm afetando a área de informação como um todo, e as bibliotecas em particular, a catalogação, mais do que outros processos técnicos especializados, vem sendo objeto de contínua discussão e de expectativa por parte dos profissionais envolvidos com essa atividade em todo o mundo.

Na defesa da importância da descrição documental, existem grandes dificuldades em lhe dar com um arquivo não ordenado e sem instrumentos de busca, como o fato de o pesquisador despende de maior tempo durante a pesquisa. Algumas das procuras poderiam ser evitadas se antes de irmos aos documentos tivéssemos o levantamento do conteúdo destes. E há uma relação entre conservação documental e a descrição, pois documentos organizados

são mais conservados, vistos serem menos manuseados. Isso porque o sistema já conduz o pesquisador ao material desejado, evitando de levá-lo a manusear outras fontes.

Contextualização

Segundo Pires (2012), a história da Biblioteconomia traz relevância para a sociedade, visto que é fundamental para a evolução do ser humano enquanto provedor e disseminador de informação. O bibliotecário tem a função de organizar todo esse arcabouço de conhecimento produzido.

O início da catalogação faz-se dos períodos mais remotos da humanidade. O que se sabe é que uma das mais antigas listas de livros do qual se tem conhecimento data de 2000 a.C, encontrada em tablete de argila, com aproximadamente 62 títulos, mas não é de conhecimento qual a finalidade ou se realmente foi usado como catálogo.

Os catálogos, na Antiguidade (Século V a.C. – Século V d.C.), tinham como uma de suas premissas o controle bibliográfico, como podemos verificar em Campello (1997, p.1): “O enorme catálogo da biblioteca de Alexandria, organizado por Calímaco (c.305 a.C – 240 a.C), poeta e bibliotecário grego, pode ser considerado marco na história do controle bibliográfico.” Corroborado por Alberto Manguel (1999, p. 217):

Os volumes tinham que ser colecionados em grande número, pois o objetivo grandioso da biblioteca era abrigar a totalidade do conhecimento humano. Para Aristóteles, colecionar livros fazia parte das tarefas do intelectual, sendo necessário “a título de memorando”. A biblioteca da cidade fundada por seu discípulo [Teofrasto] deveria ser simplesmente uma versão mais vasta disso: a memória do mundo.

Na idade média surgiram os monges copistas, que tinham a função de copiar literalmente manuscritos e os mesmos também se tornaram os catalogadores desses livros, os primeiros da história a exercerem essa função. Não existia a distinção entre os diferentes catálogos e, até ao século XVIII, existia o chamado

catálogo alfabético geral. Muitos catálogos na Idade Média tinham apenas fins patrimoniais, isto é, contar quantas obras davam entrada na biblioteca. Valorizava-se a unidade física em si, que dava entrada em determinado local. Hoje em dia, existe um registro de todos os elementos que possam individualizar o documento numa perspectiva bibliográfica. Essa descrição é certamente pautada por normas. Agora o documento é visto como algo que traduz informação, que traduz alguma coisa que está ao serviço de algo e de alguém: o utilizador.

No século XVIII surge o primeiro código ou catalogação na França. Trata-se essencialmente de um conjunto de orientações relacionadas com a elaboração de um catálogo apenas com uma preocupação física e não ao nível do conteúdo. O resultado da aplicação destas diretrizes é um inventário, porque não se fazia um controle de autoridade. Em 1761, Giovanni Battista Andiffredi, compilou um catálogo onde apresentou no prefácio um conjunto de orientações que guiariam o utilizador.

Com o Renascimento, o conhecimento centra-se no Homem. Já interessa quem fala e quem cria. Abandona-se uma visão teocêntrica e o indivíduo começa-se a afirmar. CONRAD GESNER (1545), publicou a “*bibliotheca universalis*”, essencialmente uma bibliografia publicada em 2 partes (catálogo duplo).

No século XIX certas circunstâncias sociais favoreceram a laicização e a socialização da cultura: o domínio da cultura secular face à religiosa e o triunfo dos livros em línguas vernáculas face ao uso anterior da língua latina. Século da codificação: existe pela primeira vez uma tentativa consciente de sistematização das diretrizes em códigos. Em 1895, Paul Otlet e Henri de la Fontaine criam o Instituto Internacional da Bibliografia em Bruxelas. Propunham-se construir um ficheiro central de todas as publicações impressas, editadas em todos os países desde a invenção da imprensa.

Ao longo da história da catalogação, vários padrões foram utilizados, procurando atender às demandas dos usuários e à necessidade de preservação das informações armazenadas em acervos. Em linhas gerais, menciona-se desde as simples cópias de informações em listas até as codificações necessárias para a compatibilidade entre sistemas de dados e codificação das informações necessárias para representar itens de acervos digitais ou convencionais.

Século XX

Já o século XX é um século de codificação (normalização à escala internacional) que tem em vista a uniformização. Tem por objetivo criar um sistema de permuta de informação a nível universal. Para isso, terá de ter por base a uniformidade e compatibilidade. Tenta-se colocar todos os países numa determinada linha de pensamento, quer na prática descritiva, quer na utilização de pontos de acesso.

Na virada do século, a proliferação dos códigos de catalogação já era vista em vários países da Europa, o que tornava um avanço para a catalogação ser definitivamente posta em evidência, para que os profissionais da informação ganhassem mais espaço no mercado de trabalho (MEY, 1995).

Corrêa (2008) afirma que a necessidade de padronizar a forma de representação da informação contida em um item documentário e possibilitar sua transmissão e retransmissão por meio legível, a olho nu ou por máquina, fortaleceu a necessidade do estabelecimento de regras de descrição de forma e de conteúdo. Essas regras geraram, entre outros padrões, os códigos de catalogação. Estes códigos contemplam a descrição, a escolha das entradas e forma dos cabeçalhos, a descrição da localização física dos itens e em alguns casos, a estrutura dos catálogos.

Conforme Barbosa (1978), o código de catalogação mais antigo foi o elaborado por Charles C. Jewett, em 1852, baseado nas 91 Regras de Panizzi . Cumpre

ressaltar que, de acordo com Ana Maria Machado (2003), ele foi, também, o precursor da catalogação única, ou seja, catalogação cooperativa para gerar os catálogos coletivos, que necessitam de registros padronizados para desempenharem eficazmente sua função de localizar documentos e atender prontamente os usuários.

O código Anglo-American Cataloging Rules (AACR) foi publicado em 1967, em duas versões, uma norte-americana e outra britânica. O AACR foi traduzido e adaptado para o português com o título: Código de Catalogação Anglo-Americano, em 1969, por Abner Lellis Corrêa Vicentini e Astério Campos.

O AACR corresponde a um compêndio de regras para a criação de descrições bibliográficas e para a escolha, a construção e a atribuição dos pontos de acesso (cabeçalhos) representando pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, além de títulos uniformes representando obras e expressões.

Segundo Barbosa (1978), a opção pela adoção do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) ocorreu, oficialmente, a partir de 1969, data da tradução brasileira, devido às necessidades de uniformidade de entradas para obras representadas em catálogos apontadas por escolas de Biblioteconomia e de acordo com a finalidade da Conferência de Paris.

Após discussões, reuniões e cursos organizados por diversas instituições, como o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT), a Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Nacional do Livro (INL) o AACR foi oficialmente aceito pelas escolas de Biblioteconomia e bibliotecas.

Problema

No departamento de engenharia hidráulica e recursos hídricos, que se encontra no quarto andar, bloco 1 (hum) da escola de engenharia da UFMG, há uma

sala de reuniões (de número 4510) que contém um armário antigo, dividido em quatro partes, onde estão dispostos livros antigos e recentes, referentes a área de engenharia hidráulica e recursos hídricos, apresentados nos idiomas: francês, português, inglês e espanhol. O acervo porém, não oferece à comunidade acadêmica um fácil acesso aos livros, visto não apresentar ordem ou organização, o que torna inviável a pesquisa. A origem desse acervo é antiga no EHR, sendo que a maioria dos livros foram doados por docentes do departamento, na ativa ou já aposentados.

No acervo, há muitos livros já deteriorados pelo tempo, que necessitam de um trabalho de conservação e restauração, visto possuírem folhas amareladas, rasgadas, sujas, soltas e repletas de fungos. Não há como o pesquisador localizar livros de seu interesse, identificando a área, data, autor, idioma ou conseguir qualquer outra informação, sem passar horas analisando e procurando, o que muitas vezes os levam a desistência. Às vezes os professores do departamento tentam procurar, com certa dificuldade, livros que lhe possam ser úteis e, caso encontrem assinam uma lista (feita a mão), onde consta o nome do livro e a data do empréstimo. Não existe um controle para os empréstimos. Devido a essa desordem, raramente alguém se dispõe a procurar algo no acervo.

Sendo assim, este trabalho adota como questão central:

Como tornar mais acessível a informação do acervo do EHR através da organização e descrição digitalizada, a fim de proporcionar proteção aos documentos e produção de pesquisa documental?

A catalogação centralizada representa um enorme avanço, na medida em que poupa tempo e esforço a catalogadores no mundo inteiro. Para Baptista (2007), trata-se, de fato, da concretização de um trabalho colaborativo, exigência dos novos tempos, e resultante da utilização de tecnologia e de aplicação de padrões sobre os quais se estabelecem acordos e se criam parcerias. O acervo só poderá ser recuperado com qualidade, segurança e rapidez se o registro, ao

ser inserido, obedecer a critérios rígidos no que tange tanto a dados descritivos quanto a pontos de acesso, disponível no ambiente gerenciador da informação.

Justificativa

A principal justificativa para a realização da Catalogação dos livros do acervo do EHR é estimular e facilitar as pesquisas no mesmo, utilizando um banco de dados onde as serão alocadas informações quanto ao título, assunto, local e outras características do material desejado.

No tocante aos aspectos da catalogação, segundo Pires (2012), é de sumo valor esse processo tecnicista da informação ser executado com proficiência, com o objetivo de proporcionar uma recuperação satisfatória da informação. E o cadastro das informações, para que as obras tornem-se únicas, tal ação permite a Instituição saber o que possui no seu acervo. Essa é a função primária da catalogação, tendo em vista o grande valor contemporâneo da informação e do acesso a ela.

A catalogação tem, por objetivo, colocar mensagens contidas nos itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, as mensagens internas dos usuários, de forma a tornar esses itens acessíveis ao universo dos consulentes (MEY, 1987). Será por esse cadastro que saberemos a constituição do acervo e quais livros poderão atender as necessidades dos usuários. Para Mey (1995, p. 5), a catalogação é o “estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários”, atua na descrição, como subsídio para a organização informacional.

Outro ponto importante a se considerar, conforme bibliotecários e documentalistas sabem na prática, a catalogação não consiste mais na descrição de um item de uma coleção para fins de identificação e localização, porém na descrição e inclusão do objeto informacional em determinado sistema

para fins de utilização e intercâmbio de informações. Amplia-se assim, e de forma dramática, segundo Baptista (2007), o escopo e alcance da catalogação. "Paralelamente, a disponibilização de textos integrais na Internet, a existência de catálogos abertos (OPACs), de repositórios institucionais, bem como o advento dos motores de busca que, em princípio encurtam o caminho entre procurar e encontrar a informação – esteja esta no suporte que for – colocam em xeque a catalogação, enquanto atividade tradicional de biblioteca, a qual, por mais eficiente que seja, não viabiliza automaticamente o acesso, na íntegra, a todos os documentos procurados, mas sim, às respectivas referências, representações e indicações de localização ou aquisição, conforme o caso" Baptista (2007).

Segundo Baptista (2007), considerando-se o cenário da informação virtual de hoje, a catalogação – entendida como descrição e representação detalhada do objeto informacional – permite o estabelecimento de conexões formais e semânticas entre obras, autorias, assuntos, entre outros elementos de descrição, as quais funcionam não só como instrumento para recuperação de um item específico, como também para a ampliação do conhecimento em si, nas mais diversas áreas.

Globalização

Segundo Corrêa(2008), denomina-se globalização o "fenômeno mundial atual caracterizado pela ampla circulação de investimentos, de mercadorias e de informação propiciada pela flexibilização das fronteiras nacionais e pelo desenvolvimento tecnológico na área de informações e da microeletrônica". As origens da atual globalização podem ser vistas no fim da Segunda Guerra, quando os aliados, frente a vitória iminente, reuniram-se e elaboraram uma nova ordem econômica financeira para o mundo pós-guerra.

Incentivadas por esse movimento, as grandes companhias multinacionais intensificaram a transferência de capitais/setores produtivos de suas pátrias para outros países em condições mais vantajosas, em relação a matérias

primas, custos de produção e relações capital-trabalho, de acordo com Kennedy (1993, p. 47).

Corrêa afirma que, mais tarde, graças ao desenvolvimento tecnológico, especialmente no campo das telecomunicações e da informática, as grandes companhias desmembraram sua produção e instalaram unidades em vários países, que cuidavam de suas diferentes etapas de produção. Agindo assim, elas criavam dentro da própria empresa um intenso comércio, rompendo as fronteiras dos Estados e incentivando o processo de globalização.

No final do século XX, o processo de globalização se intensificou. No contexto de estratégias de reajuste do capitalismo, os diferentes países passam a se reunir em blocos comerciais. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais se expandem agressivamente pela economia mundial, que se amplia e se integra, sob o escudo do neoliberalismo. Conforme Frigoto (1995), além de combater qualquer forma de intervenção do Estado nos mecanismos de mercado as teorias neoliberais colocavam-se absolutamente contrárias ao comunismo e defendiam um capitalismo desprovido de regras, baseado nas leis do mercado, fundamentado na concorrência, tida como imprescindíveis à prosperidade.

A globalização beneficiou principalmente os países desenvolvidos, aumentando em muito, nos últimos anos, a diferença existente entre suas riquezas e a dos países em desenvolvimento. Provocou e tem provocado, ainda, o surgimento de “bolsões” de miséria naquelas regiões que não têm condições de inserção nesta nova ordem.

A abertura comercial produziu efeitos positivos para as diferentes economias nacionais, contribuindo para o controle da inflação e a expansão de suas exportações e importações.

Esta síntese contextual tem por finalidade mostrar a importância da informação para a atualidade e quão necessária é sua precisão e a agilidade na obtenção da mesma. Ao aproximar as diferentes regiões do planeta, agilizando as trocas

culturais, fomentando a troca de informações de todos os tipos, técnicas, científicas, artísticas, religiosas, a globalização contribuiu, também, para a ampliação da base de conhecimentos sobre a qual se assenta a sociedade humana.

Evidentemente, estas mudanças acabaram ressaltando a importância da informação e demonstrando a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de dados. Partindo dessa premissa, as unidades de informação necessitam de mecanismos que possibilitem a geração de informações precisas e de recuperação ágil e eficaz.

É importante salientar que para o Ensino de Engenharia, é fundamental que o professor busque conhecer os conteúdos, indo para além do que é dito na sala de aula da universidade. O professor deve ser um pesquisador, buscando recursos que o permitam transmitir e produzir o conhecimento histórico com os alunos, de acordo com suas idades e necessidades.

2. Objetivos: geral e específicos

As vivências no ambiente do acervo do EHR suscitam a pertinência de intervenção para melhor acesso à informação. Nesse contexto, o projeto em questão visa um estudo para aplicação de uma intervenção nesse acervo, com vistas a ordenar, através do uso de um banco de dados, e tornar viável a consulta para alunos, professores ou qualquer membro da comunidade acadêmica. Com a aplicação de um projeto de catalogação, pesquisadores internos e externos a UFMG poderão vir fazer pesquisas, aumentando a quantidade de consultas ao acervo. Pretende-se colocar num catálogo informações cruciais que possam facilitar o processo de pesquisa, aumentando assim a quantidade de empréstimos e tornando o acervo útil à comunidade.

O tema surgiu através de um comentário da chefe do departamento a respeito de ordenar os livros para beneficiar consultas futuras. Os livros têm grande importância a pesquisadores da área, mas estão sem utilidade, por estarem

desorganizados e fechados em um armário antigo e por não haver divulgação sobre sua existência. No campo administrativo, a catalogação torna possível a consulta e registro de livros mais procurados e mais almejados, com registro dos pesquisadores, criando uma gestão de livros organizada no local.

Objetivo Geral. Desenvolver um estudo acerca da importância do processo de catalogação de livros didáticos e científicos, com a finalidade de facilitar as investigações de futuros pesquisadores da área de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos, de forma a subsidiar um projeto de intervenção nesse contexto.

Objetivos específicos. 1. Identificar a importância da catalogação no ambiente da informação; 2. Apontar métodos mais propícios e adequados de catalogação para organização do acervo bibliográfico do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da UFMG; 3. Relacionar as questões do ambiente, por meio de diagnóstico, com os princípios da catalogação.

Este projeto insere-se em um quadro de pesquisas que contribuem com a sociedade acadêmica, no sentido que vem a promover uma ação que ofertará melhorias no acesso a informação. Ensejo com este trabalho oferecer a este acervo um meio de pesquisa que contribuirá para a democratização da informação, bem como colaborará com a pesquisa documental ao passo que o catálogo facilitará o acesso às informações presentes no arquivo.

O projeto de intervenção deverá ser desenvolvido com o auxílio de profissionais da ciência da informação, sendo implementando com a participação de alunos bolsistas da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Também deverá ser auxiliado por profissionais bibliotecários da escola de engenharia, que passariam uma pequena parte do tempo auxiliando os bolsistas do projeto.

Tais intervenções guardam consonância com os objetivos da Norma Internacional ISAD(G). Os princípios que regem a preparação de instrumentos de descrição são:

a) fornecer acesso aos documentos de arquivo através da comunicação de informações a eles respeitantes aos utilizadores;

b) produzir instrumentos de descrição precisos, coerentes e auto-explicativos;

c) representar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a descrever através da aplicação das regras de descrição multinível (cf. ISAD(G) 2.). s/d

3. Referencial teórico

O presente projeto requer a consideração de alguns conceitos que são basilares para o trabalho. Assim, dentre esses conceitos serão abordados o da catalogação, banco de dados, instrumentos de pesquisa, biblioteconomia e outros.

A Catalogação de Assunto é um dos processos de representação temática da informação e foi desenvolvida nos Estados Unidos a partir da consolidação da Biblioteconomia estadunidense e dos processos biblioteconômicos que evidenciaram a necessidade de maior desenvolvimento dos catálogos, pois estes se afirmaram como instrumento indispensável às bibliotecas e suas comunidades usuárias.

A **catalogação** é uma atividade geralmente relacionada às bibliotecas e que consiste em registrar um conjunto de informações sobre um determinado documento ou conjunto de documentos. A palavra "catalogação" pode referir-se também ao produto da atividade de catalogação, por exemplo, "a catalogação de um livro", ou seja, o conjunto de informações sobre o livro que foram registradas durante a catalogação. Neste sentido, o termo "catalogação" se transforma em um sinônimo de registro bibliográfico. Sob essa perspectiva, a catalogação gera um conjunto convencional de dados, determinados a partir do

exame de um documento de onde são extraídos os dados descritos de acordo com regras fixas para se identificar e descrever este documento. A catalogação é conhecida também como Catalogação Descritiva, pois fornecerá uma descrição única e precisa do documento, servindo também para estabelecer os pontos de acesso de autor e prover a informação bibliográfica adequada para identificar uma obra. O processo de catalogação ocupa-se dos registros bibliográficos, enquanto suporte de informação, servindo como base para a interoperabilidade entre ambientes informacionais, levando em conta objetos diversificados de informação e bases cooperativas e heterogêneas.

Prado (1992, p. 39) afirma que a catalogação “é registrar tudo o que há na biblioteca, para que o leitor possa saber o que nela existe e qual a sua localização” e Campello (2006, p. 57) define como o processo de “descrição das características dos documentos que formam as coleções das bibliotecas e bases de dados”, e, contribuindo com essas definições Mey e Silveira (2009, p. 7) asseveram que, esse processo é:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

O catálogo, segundo Pires (2012), que tem origem no grego KATA (de acordo com) e LOGOS (razão), significando um produto da lógica elaborado a partir do agrupamento de semelhanças, também faz parte dessa gama de opções para obtenção da informação com qualidade, haja vista a necessidade de unidades de informação possuir o mesmo para uma disseminação de informação. Para o usuário, um catálogo bem organizado e estruturado é de prezado valor, haja vista a gama de informações na qual o usuário pode consultar e, conseqüentemente, usá-las de uma forma adequada.

Outras definições de catálogo são:

"Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s)." de Ivette Kafure ; e "Compilação ordenada de descrições bibliográficas de documentos, de acordo com um código de catalogação, para permitir o acesso aos documentos." de Marisa Bräscher Basílio Medeiros. O catálogo é caracterizado pela descrição de unidades arquivísticas, aqui entendidas conforme a definição do glossário da Norma ISAD (G): "Documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada." (2000, p. 16). Desta maneira, "O "catálogo" é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação" (ANDRADE, SILVA, 2008, p. 23).

Os princípios da Catalogação Descritiva, mencionados no Código de Catalogação Anglo-Americano (1969, p.231),

[...] estabelecem a base comum para as regras de catalogação descritiva de todos os tipos de documentos. Sua aplicação habilita o catalogador a resolver, dentro do espírito e da intenção das regras, os problemas catalográficos que não foram especificamente tratados no código.

As regras, por não serem taxativas, permitem interpretações de acordo com o critério de cada catalogador, gerando registros semelhantes e não idênticos para uma mesma obra.

Estes mesmos Princípios (CÓDIGO, 1969, p. 231) mencionam os objetivos da catalogação descritiva como sendo:

1) determinar as características fundamentais de um documento com o intuito de distingui-lo de outros, descrevendo seu escopo, conteúdo e relações bibliográficas com outros documentos; 2) apresentar esses dados em ficha catalográfica que, por sua vez, é intercalada em um catálogo juntamente com as fichas que descrevem outros documentos, procurando atender, assim, as necessidades da maioria dos utilizadores.

Em relação à “organização da descrição”, a escolha é do catalogador, que, novamente, ocasionará interpretações próprias com o intuito de prestar melhor atendimento ao usuário.

A necessidade do estabelecimento de padrões mais claros e rígidos aumentou à medida que a produção de documentos passíveis de serem armazenados ampliou e as dificuldades de interpretação das regras, consideradas subjetivas, também aumentaram. A IFLA (International Federation of Libraries Associations), ciente desta necessidade, formou um Grupo de Estudos para viabilizar uma proposta de padronização internacional para a catalogação. O relatório elaborado pelo Grupo de Estudos foi apresentado no International Meeting of Cataloguing Experts, 1969, Copenhague.

O documento, gerado e aprovado por este evento, foi o International Standard Bibliographical Description (ISBD), que tem como principal objetivo dar as diretrizes que permitam uma catalogação descritiva compatível à escala mundial, de forma a facilitar a troca internacional de referências bibliográficas entre agências bibliográficas nacionais e entre a comunidade internacional das bibliotecas e da documentação. Ao definir os elementos necessários numa descrição bibliográfica, prescrevendo a sua ordem de apresentação e a pontuação que os delimitam, as ISBDs visam:

- A.** tornar intercomunicáveis as referências bibliográficas produzidas por diferentes fontes, de forma que as referências produzidas num país possam ser facilmente integradas nos catálogos ou na bibliografia de outro país;
- B.** ajudar à compreensão das referências apesar das barreiras linguísticas, de forma que as referências produzidas para os utilizadores de uma língua, possam ser entendidas pelos utilizadores de outras línguas;
- C.** facilitar a conversão das referências bibliográficas em formato legível por máquina.

Para Corrêa (2008), a diversificação dos suportes informacionais aumenta a necessidade de padronização das informações, possibilitando a compreensão de registros bibliográficos em qualquer idioma e a geração de catálogos coletivos com qualidade, tornando possível a concretização do controle bibliográfico, projeto almejado desde Antiguidade.

Em 1978 foi publicado o Anglo-American Cataloguing Rules, Second edition (AACR2), unificando os dois textos anteriores: o dos Estados Unidos e o britânico. O AACR2 manteve os pontos de acesso em conformidade com os Princípios de Paris, e a descrição passou a incorporar o padrão ISBD.

Conforme os textos de Pereira (1998, p. 123) e Siqueira (2003, p.33), a catalogação sempre utilizou a tecnologia como uma das ferramentas para sua execução. As regras para estruturar as informações e os suportes que as contém evoluíram também, acompanhando a disponibilidade dos materiais existentes em cada época ou os mais apropriados a cada tipo de biblioteca.

Os computadores vieram suprir a necessidade de acesso às informações por um maior número de usuários, decorrente das mudanças causadas pelo avanço da tecnologia. Para Barbosa (1978, p. 196),

A necessidade de prover serviços em maior profundidade e de forma mais rápida a um maior número de usuários, bem como o aumento quantitativo dos materiais tradicionais, acrescentado ao aparecimento de novas formas de materiais, levaram as bibliotecas dos países desenvolvidos a optar pelo uso de computadores para processamento de suas operações internas. Por meio de processos simplesmente manuais (fichas catalográficas) tornava-se impossível garantir o tratamento técnico atualizado das coleções e o atendimento, em tempo hábil, aos usuários.

Ana Maria Machado (2003) confirma Barbosa, ao referir-se às necessidades do Controle Bibliográfico Universal:

É perceptível o novo modo de apresentação do controle da informação científica e tecnológica, utilizando-se do potencial tecnológico. Entre outros ganhos, encontra-se a criação das chamadas bases de dados. Essa nova disposição diz respeito, principalmente, às formas de acesso às informações bibliográficas. (p.75).

De acordo com Barbosa (1978, p. 199), para que os dados catalogados possam ser processados pelo computador é necessário colocá-los em forma legível por máquina, identificando os elementos, de forma explícita, para fins de manipulação pelo computador.

A Library of Congress, a partir de 1960, iniciou estudos para elaboração de um formato que transformasse as informações escritas em um catálogo manual para um automatizado. Destes estudos resultou o formato MARC, “[...] acrograma para Machine Readable Cataloging (Catalogação Legível por Computador)”, conforme Barbosa (1978, p. 199), que foi adotado por bibliotecas em suas bases de dados. A sua composição consiste, segundo a Pontifícia Universidade Católica, da seguinte maneira:

Um registro MARC é composto por três elementos: estrutura, indicação do conteúdo e conteúdo propriamente dito. As indicações de conteúdo são códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os dados dentro do registro e permitir sua manipulação. Os conteúdos dos dados que compõe um registro MARC geralmente são definidos por padrões externos ao formato, como: International Standard Bibliographic Description (ISBD), Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2), Library of Congress Subject Headings (LCSH) ou outros códigos usados pela instituição criadora do registro.

Esse padrão de intercâmbio de dados bibliográficos, segundo Pires (2012), ajuda de forma preponderante o catalogador para realização dessa atividade proporcionando praticidade e velocidade no processo de catalogação.

Corrêa (2008) afirma que os softwares específicos para armazenamento e processamento dos catálogos de acervos bibliográficos foram elaborados para reproduzir e substituir os catálogos manuais, e todas as suas características. Para torná-los o mais próximo dos catálogos manuais, a tecnologia deve prever todos os processos possíveis. Aparentemente, um dos mais relevantes é o relacionamento entre os diversos registros, que permite recuperar, por exemplo, assunto, autor, título de uma obra em diversos suportes existentes na base de dados, ou diversas obras sobre um assunto em um único ou diversos suportes.

Dos softwares que utilizam o formato MARC 2116, destacamos três, utilizados por grandes instituições de ensino brasileiras, que possuem grandes acervos e necessitam alterações frequentes. Novas versões dos softwares são geradas a partir das necessidades dos usuários. São eles:

a) PERGAMUM

b) ALEPH

c) VIRTUA.

A ampliação das necessidades de padronização e a recuperação eficiente das informações levaram a conclusão de que a catalogação deve ser repensada do ponto de vista teórico, com vistas à aplicação das formas de padronização das informações em meio digital. Entretanto, qualquer inovação ou mudança realizada na atividade ou processamento de informações de uma unidade informacional acarreta uma série de mudanças que acabam garantindo ao usuário a melhoria no nível de atendimento, desde que seja mantida a padronização.

Bancos de dados ou **bases de dados** são coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (Informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. São de vital importância para empresas, e há duas décadas se tornaram a principal peça dos sistemas de informação. Normalmente existem por vários anos sem alterações em sua estrutura.

São operados pelos Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (**SGBD**), que surgiram na década de 70. Antes destes, as aplicações usavam sistemas de arquivos do sistema operacional para armazenar suas informações. Na década de 80 a tecnologia de SGBD relacional passou a dominar o mercado, e atualmente utiliza-se praticamente apenas ele. Outro tipo notável é o SGBD

Orientado a Objetos, para quando sua estrutura ou as aplicações que o utilizam mudam constantemente.

A principal aplicação de Banco de Dados é o controle de operações empresariais, controle tal que se estende às organizações. Outra aplicação também importante é gerenciamento de informações de estudos, como fazem os Bancos de Dados Geográficos, que unem informações convencionais com espaciais (Wikipedia).

Segundo Costa (2011), a elaboração de um instrumento de pesquisa é benéfica para a preservação do acervo e necessária ao atendimento da crescente demanda de informação. A pretensão de elaboração de um instrumento para pesquisa trás a tona uma breve discussão sobre o que são, quais são os tipos e para que servem Instrumentos de Pesquisa no âmbito da Arquivologia. O Dicionário de Terminologia Arquivística define Instrumentos de Pesquisa como "Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas." Heloisa Bellotto afirma que o elo entre a demanda do pesquisador e a solução do seu problema é possível graças ao instrumento de pesquisa. (BELLOTTO, 2006).

Os conceitos apresentados se desenvolveram e se consolidaram no campo da Biblioteconomia, razão pela qual, para sua melhor compreensão, vale uma incursão nesse campo, apresentada a seguir:

Biblioteconomia: Um dos primeiros conceitos de Biblioteconomia foi criado pela American Library Association, que a definiu como uma "área voltada para a aplicação prática de princípios e normas à criação, organização e administração de bibliotecas." Já para o autor do *Diccionario de Bibliotecologia* (1963), Domingo Buonocore, a Biblioteconomia é a "área que se destina ao estudo dos princípios racionais para realizar, com a maior eficácia e o menor esforço possível, os fins específicos das bibliotecas." A definição de Maria das Graças Targino, da UFPI, entretanto, é "a área do conhecimento que se ocupa com a organização e a administração das bibliotecas e outras unidades de informação, além da seleção, aquisição, organização e disseminação de publicações sob diferentes suportes físicos." Baseado nessas

definições, autores como Francis Miksa mostram o paradigma da Biblioteconomia: a biblioteca como instituição social, destacando que a função maior da instituição é possibilitar o uso dos documentos a um dado público, e para isso, é necessário utilizar técnicas e pessoal qualificado para a aquisição e organização de tais documentos.

"A Biblioteconomia é considerada como uma área do conhecimento, na medida em que compreende um conjunto de organismos, operações técnicas e princípios que dão aos documentos a utilização máxima, em benefício da humanidade." SHERA

A Biblioteconomia, ao longo de sua história, teve como um de seus objetivos a guarda e recuperação de informações contidas em seus acervos, e a catalogação foi um dos mecanismos utilizados. Para Corrêa (2008), a catalogação, como mecanismo essencial para a padronização e descrição das informações, é construída a partir de regras que ofereçam o máximo de padronização e minimizem as interpretações individuais, procurando garantir a unicidade do item informacional representado e, ao mesmo tempo, sua universalidade.

MADISON (2006) discute a expansão do ambiente dos conteúdos eletrônicos e a importância da participação de bibliotecários nas novas comunidades de pesquisa e ensino, com o objetivo de suprir as necessidades dos usuários no sentido de achar, identificar, selecionar e obter a informação e os recursos de que precisam.

Torna-se essencial, portanto, a existência de padrões que possibilitem uma interpretação uniforme e universal, em qualquer idioma e em qualquer tipo de unidade de informação, por catalogadores e usuários nos mais diversos ambientes informacionais. Nesse contexto, a proposta apresentada pelo **RDA: Descrição e acesso ao recurso** é um esquema criado para viabilizar, de modo eficiente, a construção de formas de representação para a satisfação dos usuários da informação.

O RDA (Recurso, Descrição e Acesso) surgiu como um meio de catalogação que reflete uma mudança significativa no espaço de atuação dos bibliotecários, pois fornece uma amplitude mais completa e ao mesmo tempo simples para a realização da catalogação. Conforme Simionato afirma: RDA será um padrão novo para a descrição e alcançará sua função de ser projetado para o mundo digital. O RDA fornecerá: uma estrutura flexível para descrever todos os recursos – análogos e digitais; dados que são prontamente desenvolvidos às estruturas novas e emergentes da base de dados; os dados que são compatíveis com os que existem em catálogos na linha da biblioteca.

Todavia, “apesar de manter uma forte relação com as AACR2, o RDA delas difere em muito, devido a ser baseada numa estrutura teórica, ter sido projetada para o ambiente digital e seu escopo ser mais abrangente do que o das AACR2 [...] consiste num conjunto de instruções práticas, que, no entanto [...] define a forma, a estrutura e conteúdo.” (Oliver, p. 1). De fato, as normas da RDA são baseadas nos modelos conceituais do Functional Requirements for Bibliographical Records (FRBR, Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e do Functional Requirements for Authority Data (FRAD, Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade), e incorporam um ponto de vista impensável anos atrás. Agora a estrutura da descrição bibliográfica inclui também o acesso à informação do objeto descrito como um todo.

O RDA apresenta como novos elementos que antes o AACR2 não cobria como: características do arquivo, formato de vídeo, informação sobre custódia (recursos arquivísticos), características de braile, URLs, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras), línguas das pessoas, etc” (MODESTO, 2010, slide 10). O esquema de descrição bibliográfica denominado RDA, segundo Corrêa (2008), pode não corresponder, totalmente, às atuais necessidades das bibliotecas, em todos ambientes informacionais, mas apresenta-se como uma alternativa atualizada para a construção de registros bibliográficos.

Ao longo de oito anos, o grupo de estudos oriundo da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) desenvolveu os FRBR (atrelado ao RDA) que, segundo Silveira (2007, p.58) é um modelo conceitual do tipo de entidade-relacionamento (E-R) porque representam e descrevem simplificada o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas.

Outro modelo que está atrelado ao RDA são os Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade (FRAD), que se configuram como ampliação dos FRBR, incluindo todas as entidades adicionais específicas do controle de autoridade, a saber, segundo Oliver (2011, p. 30): “nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência”.

A mudança do AACR2 para o RDA, conforme diz Pires (2012), se constitui de um processo gradativo, aonde é preciso primeiramente a consolidação desse novo molde de catalogação que é aplicável aos recursos de muitos tipos de suportes, assim como é adequado aos recursos tanto digitais quanto analógicos e totalmente adaptado as tecnologias da informação, para depois as unidades de informação começarem a trabalhar nesse novo aspecto técnico de tratamento da informação. Os modelos conceituais FRBR e FRAD compõem importantes auxiliares do RDA em virtude da catalogação alcançar a recuperação da informação de forma integrada, ocasionando consistência e qualidade na obtenção informacional. As tecnologias estão presentes nesse contexto como ferramentas potenciais na catalogação.

RDA é como um esforço voltado ao desenvolvimento de regras que substituam as Regras de Catalogação Anglo-Americanas, 2ª edição (AACR2). Idealizado inicialmente como a terceira edição das AACR, e denominado de AACR3, o novo padrão acabou sendo renomeado para Resource Description and Access, numa tentativa de enfatizar a ruptura com o passado. COYLE e HILLMANN (2007) citam textualmente os propósitos quanto ao RDA:

“Alicerçado nos fundamentos estabelecidos pelas Regras de Catalogação Anglo-Americanas (AACR), o RDA proverá um conjunto abrangente de diretrizes e instruções referentes a descrição e acesso a recursos, cobrindo todos os conteúdos e mídias. O novo padrão está sendo desenvolvido para ser utilizado basicamente em bibliotecas, porém consultas estão sendo realizadas junto a outras comunidades (arquivos, museus, editoras, etc.) num esforço para alcançar um efetivo grau de alinhamento entre o RDA e os padrões de metadados usados nessas comunidades.”

Para Baptista (2007), o RDA não terá êxito se não levar em conta as mudanças fundamentais ocorridas no ambiente informacional, as quais determinaram que as bibliotecas perdessem importância como provedoras de informação. Tais mudanças que, segundo Baptista (2007), incluem o desenvolvimento dos computadores e a produção de documentos eletrônicos, acabaram por criar desafios completamente diferentes daqueles com que se defrontavam as bibliotecas há apenas cinquenta anos, uma época em que os recursos e as bibliotecas que os abrigavam estavam ainda fincados na era dos livros e periódicos impressos, e que o catálogo em fichas constituía o ponto de entrada para os acervos físicos.

Os desafios de um ambiente de rápidas e profundas mudanças, característicos dos dias de hoje, talvez sejam, segundo as autoras, maiores do que os idealizadores do RDA possam dar conta, devido à firmeza de seus vínculos com as AACR. Ainda de acordo com COYLE e HILLMANN (2007), o RDA está sendo apresentado como “um novo padrão para descrição e acesso a recursos projetado para o mundo digital”, o que se torna contraditório em função dos condicionamentos apontados. Para elas, atividades como a digitalização em grande escala de livros, liderada pelo setor de informação comercial, mostram que se as bibliotecas não se colocarem à altura do desafio de mudança, elas se tornarão cada vez mais marginalizadas no contexto da próxima era da informação.

TALAVERA IBARRA (2005) afirma que, como modelo conceitual, os FRBR, pertencentes ao RDA, não constituem um conjunto de novas regras, mas uma base lógica destinada a tornar os registros mais coerentes e úteis para os usuários. De acordo com MORENO (2005), “decorridos quarenta anos da

Declaração dos Princípios de Paris (1961), teve início um reexame de práticas das normas de catalogação, sob a responsabilidade de um grupo de estudos da Seção de Catalogação, Classificação e Indexação da IFLA, materializado no FRBR – Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report” (Relatório Final: FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos). O Relatório, segundo ela, publicado em 1998, “mudou a forma de olhar o objeto bibliográfico, por relacionar todos os seus elementos de acordo com as exigências dos usuários, e não mais para satisfazer apenas as necessidades do profissional envolvido no processo de catalogação.” (MONTEIRO, 2005, 8).

São numerosos os textos que vêm sendo constantemente publicados sobre os FRBR, porém, em se tratando de uma proposta, é algo passível de discussão e adaptações, na medida, inclusive, em que existem paralelamente perspectivas de reformulação das AACR2. O que se espera é que as decisões a serem tomadas nessa área, em âmbito internacional, possam compatibilizar da melhor forma possível o trabalho de organização da informação com as necessidades de acesso e uso, típicas do mundo globalizado de hoje, um mundo cada vez mais consciente de que o acesso à informação é o que verdadeiramente importa.

4. Metodologia ou Estratégias de Ação

Como diagnóstico para o acervo do EHR, deverá ser feito o levantamento da atual organização do ambiente para se propor a reorganização do mesmo, pois a forma na qual os livros estão dispostos torna difícil a busca, manuseio e pesquisa.

Os livros do acervo do EHR se encontram em um amplo armário na sala 4510 do Bloco I da Escola de Engenharia da UFMG, onde propõe-se fazer o processo de catalogação. O projeto poderá contar com o auxílio de um professor do EHR para separar os livros por assunto. O próprio sistema se encarregará de filtrar os títulos e assuntos para os pesquisadores interessados.

“A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.” (MEY, 1995, p. 38). A catalogação dos livros didáticos inclui, dentre outros: título, nome dos autores, ano e local de publicação, disciplina (assunto), editora, idioma, medidas do livro, número de páginas, ilustrações e notas que podem apontar, por exemplo, o ano da primeira edição da obra, algum carimbo, nome e local do usuário. Dados que permitam análises interessantes do ponto de vista dos pesquisadores, alunos ou professores, ligados de alguma forma a área de engenharia hidráulica.

A descrição bibliográfica foi e continua sendo a forma encontrada para identificar os itens existentes em um acervo. Segundo Mey (1995, p. 43): “Descrição bibliográfica é a representação sintética e codificada das características de um item, de forma a torná-lo único entre os demais.”

Para Antonia Herrera, a descrição documental deve dar ao documento identidade e defini-lo com precisão a fim de permitir e facilitar a comunicação. “Para conseguirlo la descripción ha de ser: Exacta, em cuanto que los documentos no son impreciso, sino testimonios únicos y concretos. Suficiente para la unidad que se está informando (archivo, fondo, serie o documento), sin ofrecer más de lo necesario, por exceso o por defecto. Oportuna em cuanto que ha de reflejar una programación que marque una jerarquía de la información.” (HERRERA, 1993, p.300).

É preciso fazer uma discussão cuidadosa dos níveis de descrição documental para o acervo. Desta maneira, utilizamos outro conceito mais específico também presente no Dicionário de Terminologia Arquivística que é o da descrição multinível que, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles. (2005, p. 67). Pode-se entender a descrição documental como sendo uma atividade básica para elaboração de instrumentos de pesquisa de qualquer espécie formada por um conjunto de procedimentos que permitirão a identificação de

documentos ao realizar atividades que virão sintetizar as informações contidas em um fundo.

Segundo Marilena Leite Paes, entende-se por instrumento de pesquisa documentos elaborados por profissionais da área que auxiliam o trabalho do arquivista e/ou do usuário na busca por informações em uma arquivo de idade permanente. Para a Arquivística brasileira consideramos quatro tipos de instrumentos de pesquisa: guia, inventário, catálogo e repertório” (PAES, 2006, p.127).

Costa (2011) afirma que, para que um Instrumento de Pesquisa seja elaborado é necessário cumprir algumas etapas que se servem como seu pré-requisito. Tais como classificação, arranjo e descrição. A respeito da descrição documental, ainda de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, descrição é um Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. (2005, p. 67).

O projeto de organização do acervo bibliográfico tem como finalidade principal oportunizar que o público interessado possa pesquisar no acervo, composto de livros da área de engenharia hidráulica e recursos hídricos. Para viabilizar a proposta foram definidas as seguintes etapas de trabalho, a partir da bibliografia especializada. Etapa 1: Diagnóstico do acervo de livros, higienização provisória e alocação dos livros, conforme as possibilidades físicas. Etapa 2: Higienização, acondicionamento e catalogação do acervo de livros. Digitação dos dados para catalogação. Etapa 3: Continuação do trabalho de arranjo e captação de novos livros, estabelecendo políticas permanentes de conservação e acessibilidade do acervo. Etapa 4: Continuação do trabalho, considerando a permanente inclusão de novos livros ao acervo e a acessibilidade ao público alvo.

As atividades de catalogação podem ser realizadas por pessoas que tenham conhecimento no manuseio de banco de dados e que possam ler as informações que o livro fornece e transmitir para o sistema.

Assim, o trabalho de organização do acervo pode ser iniciado.

Marilena Leite Paes defende que as atividades do arquivo permanente se classificam em quatro grupos distintos:

1. Arranjo – reunião e ordenação adequada dos documentos.
2. Descrição e publicação – acesso aos documentos para consulta e divulgação do acervo.
3. Conservação – medidas de proteção visando a impedir sua destruição.
4. Referência – política de acesso e uso dos documentos.

Porém, após a instalação do banco de dados, precisa-se de materiais de proteção, como máscaras, luvas e óculos, pois há livros muito antigos no acervo, que podem prejudicar pessoas alérgicas a poeira ou transmitir fungos. Esses materiais serão adquiridos em laboratórios da escola de engenharia ou deverão ser comprados pelo departamento.

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, Isad(g) forma um dos pilares para este trabalho, pois estabelece diretrizes gerais para preparação de descrição arquivística objetivando a identificação e explicação do contexto e conteúdo dos documentos. A norma contém regras gerais de descrição que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos, cujo foco destas regras seja a descrição dos documentos já organizados para a preservação. E tem como um dos seus objetivos a facilitar a recuperação e a troca de informações sobre documentos arquivísticos. (2000, p. 11).

Hagen (s/d) considera que a descrição mostra o conteúdo dos fundos recolhidos e se processa através de instrumentos de pesquisa ou meios de busca, que vão do geral para o particular. Esta concepção está presente na

Norma ISAD(G) que chama um de seus itens “descrição do geral para o particular” com objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes. (2000, p. 17)

Hagen considera que:

A descrição dos conjuntos documentais deve ser feita em relação à sua:
– substância, indicando-se unidade de organização, funções, atividades, operações, assuntos; – estrutura, indicando-se esquema de classificação adotado, unidades de arquivamento, datas abrangentes, classes ou tipos físicos dos documentos, quantidade. (HAGEN, s/d)

O Conselho Internacional de Arquivos através do Comitê das Normas de Descrição elaborou o Relatório do subcomitê sobre os Instrumentos de Descrição, orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição. De acordo com o referido relatório os instrumentos de pesquisa podem ser produzidos em ambiente manual ou automatizando, em suporte papel ou em suporte informático. Para facultar o acesso é importante definir os objetivos dos instrumentos de descrição definindo cada tipo de instrumento de descrição; declarando o seu objetivo; caracterizando os seus conteúdos; e estabelecendo uma forma para a sua apresentação material. (s/d)

5. Plano de Ação

Esse trabalho possibilita a adoção de um projeto cujas ações mais gerais podem contemplar os itens que passam a ser apresentados sob a forma de um plano de ação. Abaixo está proposto um cronograma para as atividades de catalogação no acervo do EHR.

Ações	Finalidade	Como
Diagnóstico do Acervo	Fazer uma nova organização do ambiente, com vistas a facilitar e agilizar o processo de pesquisas e consultas	Fazer um levantamento da atual organização do ambiente e propor uma nova organização para o mesmo
Pesquisas de Banco de Dados	Encontrar um banco de dados propício ao projeto	Interrogar a profissionais da área e pesquisar

Ações	Finalidade	Como
Escolha e instalação do Banco de Dados apropriado	Iniciar o projeto de catalogação utilizando novas tecnologias	Com o auxílio de profissionais da área da informática e ciência da informação
Compra dos materiais de laboratório para proteção	Proteger os catalogadores contra contaminação e infecção trazidas pelo contato com materiais antigos	Utilizando máscaras, luvas e óculos apropriados
Início e desenvolvimento do processo de catalogação	Catalogar livros do acervo do EHR para facilitar pesquisas	Utilizando a informática e banco de dados instalado
Conclusão do processo de catalogação com organização dos livros na estante	Receber pesquisadores, alunos e professores da área de Hidráulica e Recursos Hídricos	Divulgando o acervo, fazendo empréstimos e facilitando as pesquisas
Realização de testes de pesquisas utilizando o banco de dados	Avaliar os resultados do projeto desenvolvido	Fazendo um levantamento dos benefícios tragos pelo projeto e analisando se ele atingiu seu objetivo
Final do processo e recebimento dos primeiros pesquisadores	Auxiliar os pesquisadores no desenvolver de sua pesquisa	Divulgando o acervo para toda a comunidade acadêmica

Cronograma											
Item	Ações	Meses/2015									
		MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Pesquisas de Bancos de Dados apropriados ao acervo do EHR	x	x								
2	Escolha e instalação do Banco de Dados apropriado		x								
3	Compra dos materiais de laboratório para proteção	x	x	x							
4	Início e desenvolvimento do processo de catalogação			x	x	x	x	x			
5	Conclusão do processo de catalogação com organização dos livros nas prateleiras						x	x	x		
6	Realização de testes de pesquisas utilizando o banco de dados							x	x	x	
7	Divulgação do ambiente do acervo								x	x	
8	Final do processo e recebimento dos primeiros pesquisadores								x	x	x

6. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação do projeto, no primeiro, serão exercidos pelo coordenador administrativo que tomará frente do mesmo, sendo um bibliotecário ou estagiário do curso de ciência da informação, e serão feitos por meio de pesquisas de um banco de dados adequado ao trabalho e compra de materiais necessários ao desenrolar do projeto. Também serão realizadas entrevistas com os envolvidos no processo com o intuito de verificar se as atividades propostas estão sendo realizadas de acordo com o cronograma definido.

Numa segunda etapa, o monitoramento, controle e avaliação do projeto serão definidos por toda a equipe que participará do processo, por meio de reuniões específicas para este fim. Para auxiliar o monitoramento e avaliação do processo poderão ser utilizados formulários específicos de acompanhamento que permitam verificar, para cada atividade desenvolvida: cumprimento do cronograma, dificuldades encontradas, soluções propostas, resultados esperados e conseguidos, se objetivos estão sendo alcançados, propostas de reformulação e definição de outros indicadores de gestão que a equipe julgar pertinente.

7. Considerações Finais

Perante o que foi exposto podemos verificar que os objetivos desse estudo se apresentam relevantes a partir do momento em que contribuem para tornar possível o acesso a uma grande quantidade de informações. Nesse contexto onde o acesso à informação é crucial para o desenvolvimento humano, essa atividade técnica de catalogação é de suma importância para qualquer organização arquivística. O tratamento da informação compreende a indexação e a descrição da forma e do conteúdo do documento.

Foi possível ver que catalogar um documento é realizar um processo global que obriga a executar uma série de operações, umas identificativas, outras analíticas e outras de ordenação e localização documental, terminando na confecção do

produto: o registro bibliográfico. Uma catalogação, para ser bem sucedida, exige o estabelecimento de uma política de catalogação. O fundo documental que temos na biblioteca e o utilizador que a frequenta determina o nível de profundidade da catalogação dos documentos. Ao organizar o acervo bibliográfico do EHR, disponibilizamos seu uso por toda comunidade acadêmica da UFMG. E esse uso certamente trará benefícios tanto para pesquisadores quanto para o próprio departamento, que pode ter seu acervo ampliado devido ao estímulo às pesquisas.

Estima-se que o atendimento seja de aproximadamente 6 a 8 pesquisadores por semana e que os professores do departamento participem do projeto, indicando bibliografias novas, sugerindo assuntos a serem incluídos no acervo e participando da implantação do projeto.

Acredita-se que o trabalho contribui de maneira satisfatória para o acervo do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da UFMG. Porém, isso não quer dizer que as possibilidades de trabalho com este acervo se esgotaram, pelo contrário, deseja-se que este trabalho seja uma pedra fundamental para demais visitas à temática em evidência. Desta maneira, o trabalho não teve um ponto final. Espera-se contribuir para trabalhos futuros e desejamos por fim que este passe por críticas e reformulações, no sentido de melhorá-lo. Esta situação deve ser vista como elemento necessário a toda produção científica.

REFERÊNCIAS

- ✚ BAPTISTA, Dulce. **Perspectivas da Catalogação como Descrição Bibliográfica e Instrumento de Recuperação da Informação**. XXII CBBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; Brasília DF; 2007.
- ✚ CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação Descritiva no século XXI: Um Estudo sobre o RDA**. Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos->

Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf>
acesso em 07 de janeiro de 2016.

- ✚ COSTA, Arlene Xavier Santos. **Descrição Documental: uma proposta de Catalogação do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Paraíba.** Políticas Arquivísticas na Bahia e no Brasil. III SBA - Simpósio Baiano de Arquivologia, 2011, Salvador - Bahia.
- ✚ DAMASIO, Edilson; RIBEIRO, Carlos E. Navarro. Software livre para bibliotecas, sua importância e utilização: o caso GNUTECA. 2006 Disponível em : <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/347>>.
- ✚ OLIVEIRA, Elysio M. S. **Manual do PHL8.1**, Revisão de 01/04/2008. InfoArte Gurupi - 2008. Disponível em:
<www.elysio.com.br/documentacao/manual_phi81.pdf>.
- ✚ PIRES, Erik André de Nazaré. **A Catalogação na Contemporaneidade: Recurso, Descrição e Acesso (RDA)**, GT4 -O Campo prático dos profissionais da informação. XXXV Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação - Escola de Ciência da Informação UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- ✚ SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos:** arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2003. 277 p.
- ✚ SILVA, Rosilene Oliveira; ALMEIDA, Juliana de Sousa; GASPAROTO, Alessandra; KLEIN, Ana INEZ. **Organização do Acervo Bibliográfico do Laboratório de Ensino de História da UFPEL.** 21º Congresso de Iniciação Científica, 4ª Mostra Científica, Universidade Federal de Pelotas. 2011.